

EMENDA Nº
(ao PL 285/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 18-A da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, como proposto pelo art. 1º do Projeto, nos termos a seguir:

“**Art. 18-A.** É obrigatória a utilização de câmeras corporais nos fardamentos dos profissionais de segurança privada para gravação audiovisual e controle da respectiva atuação profissional, à exceção daqueles onde os ambientes contem com monitoramento por circuito interno de câmeras ou plano de segurança aprovado pela Polícia Federal.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Muitos estabelecimentos públicos ou privados já contam com recursos de circuito interno de TV ou plano de segurança aprovado pela Polícia Federal, tornando-se redundantes os recursos propostos no projeto.

Ademais, diversas repartições públicas enfrentariam demandas orçamentárias significativas para viabilizar a determinação do projeto, que desde a origem não apresenta os impactos orçamentários decorrentes.

Os estabelecimentos comerciais, por sua vez, já contam com sistemas de monitoramento por vídeo que são, inclusive, assistidos por empresas de vigilância.

É preciso considerar que o Brasil é um País continental e nem todas as regiões brasileiras dispõem de condições para cumprir o que pretende o projeto em apreço, principalmente os estabelecimentos financeiros instalados nas regiões mais distantes do País.



Por tais motivos, solicito aos nobres pares a apreciação da presente
Emenda.

Sala das sessões, 17 de abril de 2024.

